



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais

Gabinete

Ofício ARTEMIG/GAB nº. 91/2026

Belo Horizonte, 23 de março de 2026.

Exmo. Sr.

Durval Ângelo Andrade

Conselheiro-Presidente

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Assunto: Relatório de Prestação de Contas - 2025 - ARTEMIG

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 2471.01.0000249/2026-53].

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Decisão Normativa nº 01/2026 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE, encaminho a Prestação de Contas Anual da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais - Artemig, referente ao exercício de 2025, para fins de análise e julgamento por essa Corte de Contas.

A presente prestação de contas foi elaborada em atenção às disposições legais e normativas aplicáveis, contendo, de forma consolidada, os documentos e informações exigidos, conforme estabelecido no Anexo IV da referida Decisão Normativa, dentre os quais destacam-se:

1. Rol dos responsáveis (135423090);
2. Relatório de gestão (135971910);
3. Anexo Relatório de Gestão - Prints Sigplan (136130412);
4. Balanço orçamentário (134316206);
5. Balanço financeiro (134316311);
6. Balanço patrimonial (134316438);
7. Demonstrativo das variações patrimoniais (134316660);
8. Demonstração dos fluxos de caixa (134316913);
9. Notas explicativas às demonstrações contábeis (134317247);
10. Relatórios de inventários físicos e financeiros (135548481);

11. Relatório da Unidade Seccional de Controle Interno (135655013).

Informo que os documentos foram devidamente inseridos no sistema e-TCE, nos termos estabelecidos pelo Art. 3º da Decisão Normativa nº 01/2026, observando a organização, integridade e rastreabilidade das informações apresentadas.

Sendo o que cumpre para o momento, a Artemig se coloca à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Breno Longobucco

Diretor-Geral da ARTEMIG



Documento assinado eletronicamente por **Breno Longobucco, Diretor-Geral**, em 26/03/2026, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **135981099** e o código CRC **62203BBC**.

Referência: Processo nº 2471.01.0000249/2026-53

SEI nº 135981099

Rod. Papa João Paulo II, 4001 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA REGULADORA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete

Belo Horizonte, 23 de março de 2026.

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, que integra a Prestação de Contas Anual da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig), referente ao exercício de 2025, é apresentado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em conformidade com as disposições legais e normativas aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas por essa Corte de Contas no âmbito da Decisão Normativa nº 01/2026.

O relatório contempla a visão geral da unidade jurisdicionada, sua estrutura organizacional e o arcabouço normativo aplicável, bem como a execução das competências legais atribuídas no âmbito da regulação, fiscalização e acompanhamento dos serviços públicos de infraestrutura de transportes delegados à iniciativa privada, conforme competências atribuídas à Artemig pela Lei nº 25.235, de 08/05/2025.

Considerando ainda a recente criação da Autarquia, o relatório aborda também o seu processo de estruturação e o planejamento institucional da Agência, refletido no Plano Estratégico 2026-2030, no Plano Anual de Gestão do exercício de 2026 e da Agenda Regulatória para o biênio 2026-2027.

Por fim, no que se refere à execução orçamentária e programática, o relatório apresenta a descrição da execução do programa de trabalho previsto na Lei Orçamentária Anual, com detalhamento das ações sob responsabilidade da entidade, evidenciando o desempenho físico e financeiro, bem como os resultados aferidos por meio de indicadores institucionais vinculados ao Plano Plurianual de Ação Governamental.

O presente relatório busca, portanto, apresentar, de forma integrada e fundamentada, a conformidade dos atos de gestão praticados no exercício de 2025, a adequada aplicação dos recursos públicos e o desempenho institucional da Artemig no cumprimento de suas competências legais, demonstrando o alinhamento das ações desenvolvidas aos princípios da legalidade, eficiência, transparência, economicidade e responsabilidade na gestão pública, bem como às diretrizes do planejamento governamental vigente.

SOBRE A ARTEMIG

A Artemig é uma autarquia em regime especial vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra, com personalidade de direito público, prazo de duração indeterminado, com sede e foro no Município de Belo Horizonte, criada pela Lei Estadual nº 25.235, de 08 de maio de 2025. A natureza de autarquia especial conferida à Artemig é caracterizada pela autonomia administrativa, financeira, técnica e patrimonial, pelo poder de polícia e pela estabilidade do mandato de seus dirigentes.

A atuação da Artemig compreende os serviços públicos do Sistema de Infraestrutura de Transportes do Estado de Minas Gerais (SIT-MG) delegados à iniciativa privada por meio de autorização, permissão e concessão, englobando rodovias, aeroportos, hidrovias e ferrovias.

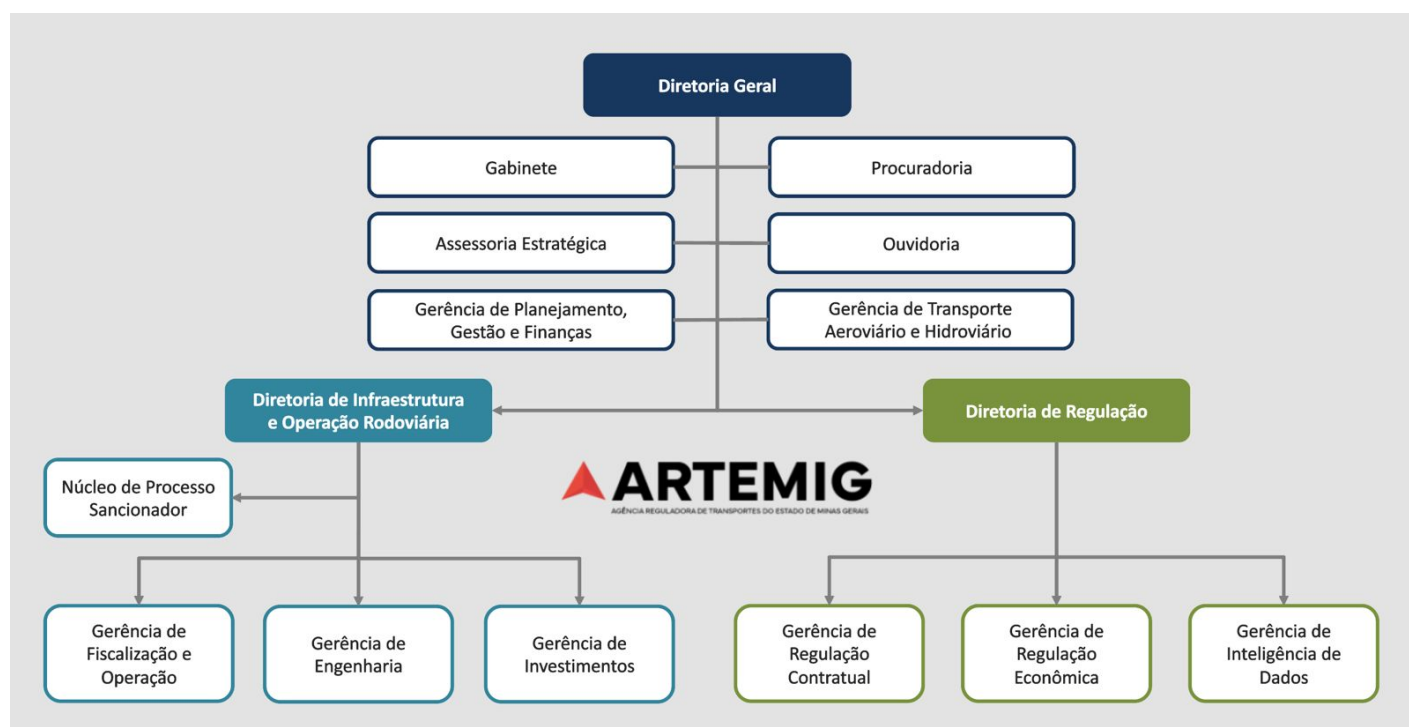
Nos termos do art. 20 da Lei 25.235/2025, compete à Artemig, em seu âmbito de atuação:

- I. fiscalizar e regular a prestação dos serviços e as atividades exercidas por delegatário;
- II. disciplinar, por meio de atos normativos próprios, os procedimentos e demais questões técnicas atinentes à regulação dos bens, serviços e instalações delegados;
- III. acompanhar as modelagens de novas concessões, integrando as instâncias decisórias colegiadas que tratam do tema no âmbito do Poder Executivo;
- IV. fixar, reajustar e rever, de ofício, as tarifas de qualquer natureza aplicáveis aos serviços e às atividades delegadas sem a necessidade de homologação do poder concedente, nos limites e condições previstos nos contratos;
- V. aplicar o modelo de regulação dos contratos de delegação firmados com o delegatário, instruindo, analisando e decidindo acerca dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro de ambas as partes;
- VI. acompanhar e fiscalizar, diretamente ou com o auxílio técnico de empresas subcontratadas, a execução das atividades delegadas à iniciativa privada, procedendo à aplicação das penalidades previstas nos contratos firmados com o delegatário, observadas as regras do processo administrativo, a regulamentação e a disciplina contratual aplicáveis;
- VII. dirimir divergências entre entes regulados, o poder concedente e usuários, inclusive celebrando termos de ajustamento de conduta – TACs – com as partes envolvidas, após análise prévia da Advocacia-Geral do Estado – AGE;
- VIII. fiscalizar e autorizar, com apoio administrativo, técnico e jurídico do DER-MG e suporte técnico da concessionária, quando for o caso, o uso e a ocupação da faixa de domínio das malhas ferroviárias e rodoviárias delegadas à iniciativa privada;
- IX. manter e gerenciar um centro de informações e de análise de dados relativos ao setor por ela regulado, com informações próprias e aquelas compartilhadas periodicamente pelos delegatários e pelo poder concedente;
- X. instaurar, receber e processar petições, reclamações e representações apresentadas pelos usuários dos serviços regulados;
- XI. informar aos órgãos de defesa e proteção da concorrência qualquer conduta de que venha a tomar conhecimento, no âmbito do setor por ela regulado, que configure ou possa configurar infração contra a ordem econômica;
- XII. recomendar ao poder concedente a extinção antecipada dos contratos, em qualquer modalidade, observadas as indenizações

devidas, nas hipóteses previstas em lei ou nos respectivos contratos;

- XIII. emitir atestados sobre os serviços prestados no âmbito dos contratos regulados;
- XIV. realizar os pagamentos das contraprestações devidas pelo poder concedente nos contratos de sua competência que previrem essa obrigação;
- XV. autorizar pedidos de transferência de concessão, alteração do controle societário e outras transações comerciais do delegatário que requeiram autorização do Estado;
- XVI. elaborar sua proposta orçamentária, nos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, e encaminhá-la diretamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária anual;
- XVII. arrecadar e aplicar as receitas que lhe cabem, conforme o disposto nesta lei;
- XVIII. adquirir, administrar e alienar bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- XIX. prestar serviços técnicos e elaborar publicações, material técnico, dados e informações;
- XX. prestar apoio técnico à Seinfra para fixação, reajuste e revisão das tarifas dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal e metropolitano;
- XXI. elaborar o Plano Anual de Gestão.

Para o efetivo cumprimento de suas atribuições, a estrutura orgânica da Artemig é composta por uma Diretoria Colegiada, formada pelo Diretor-Geral e dois Diretores Técnicos, além de gerências e unidades de assessoria, conforme estabelecido em Regimento Interno (Anexo da Resolução Artemig nº 01, de 08 de setembro de 2025).



A **Diretoria Colegiada** da Artemig é responsável por aprovar atos normativos, decisões regulatórias essenciais, incluindo reajustes tarifários, reequilíbrios econômicos e atualizações de planos e investimentos; julgar recursos interpostos contra a aplicação de penalidades; aprovar manifestações técnicas sobre impactos contratuais; e aprovar o encaminhamento de modelagens de novas concessões às instâncias decisórias que tratam do tema no Poder Executivo. Suas deliberações ocorrem por maioria absoluta, podendo delegar competências — exceto as de natureza normativa, tarifária ou recursal — e reexaminar decisões delegadas, cabendo ao Diretor-Geral representar institucionalmente a Agência.

As unidades administrativas vinculadas à **Diretoria-Geral** abrangem funções de apoio estratégico, jurídico, de controle e de atendimento ao usuário. O **Gabinete** coordena atividades, apoia a representação institucional, organiza agendas e expedientes, além de coordenar ações de comunicação, promovendo transparência e relacionamento com a sociedade. A **Assessoria Estratégica** conduz o planejamento institucional, a Agenda Regulatória, processos de inovação e o alinhamento estratégico. A **Procuradoria Jurídica** presta consultoria jurídica, analisa atos normativos, apoia processos legais e representa a autarquia judicial e extrajudicialmente. A **Ouvidoria** atende usuários, registra e acompanha reclamações e elabora relatório anual. A **Unidade Seccional de Controle Interno** atua na defesa do patrimônio público, auditoria, correição, transparência e integridade, de forma compartilhada com a Controladoria Setorial da Seinfra.

A **Gerência de Planejamento, Gestão e Finanças** estrutura e executa o planejamento global, orçamento, contratações, gestão de pessoas, tecnologia da informação, logística, contabilidade e administração financeira, organizada em coordenações especializadas.

A **Gerência de Transporte Aeroviário e Hidroviário** supervisiona e fiscaliza concessões, permissões e autorizações nesses setores, acompanha investimentos, indicadores de serviço, processos de desapropriação e modelagens de novos projetos, além de subsidiar tecnicamente decisões regulatórias e autorizar instalações e operações no sistema concedido.

A **Diretoria de Regulação** é responsável por fiscalizar e regular a prestação dos serviços públicos delegados, assegurando o cumprimento contratual, a eficiência econômico-financeira e a qualidade operacional. Subordinadas à Diretoria de Regulação, a

Gerência de Regulação Contratual analisa revisões, aditivos e reequilíbrios, elabora minutas e normativos e conduz Análises de Impacto Regulatório; a **Gerência de Regulação Econômica** trata dos aspectos tarifários e econômico-financeiros, avaliando reajustes, indicadores, receitas e alterações societárias; e a **Gerência de Inteligência de Dados** coordena a produção e gestão estratégica de informações, monitora sistemas de concessões, apoia decisões com análises e visualizações de dados e subsidia as áreas técnicas com indicadores de desempenho e segurança.

A **Diretoria de Infraestrutura e Operação Rodoviária** é responsável por fiscalizar e regular os serviços públicos de infraestrutura rodoviária concedidos, garantindo o cumprimento de padrões técnicos, operacionais e contratuais. Subordinadas à Diretoria, a Gerência de Engenharia analisa projetos, orçamentos e indicadores de segurança, apoiando fases de obras e operacionais; a **Gerência de Fiscalização e Operação** monitora manutenção, conservação e desempenho das concessões, fiscaliza padrões técnicos e inventários; e a **Gerência de Investimentos** acompanha cronogramas e propostas de novos investimentos, licenciamento ambiental, desapropriações e uso da faixa de domínio.

O **Núcleo de Processo Sancionador** atua como instância julgadora das autuações, analisa recursos e conduz processos sancionadores, assegurando o devido processo administrativo. É atribuída às gerências da Artemig a atuação de delegatárias por eventuais descumprimentos.

Em síntese, a Artemig exerce a regulação contratual de forma integrada, assegurando que os serviços públicos delegados sejam prestados com qualidade, segurança e eficiência. Enquanto as unidades finalísticas atuam diretamente no acompanhamento dos contratos, na análise técnica e na verificação do cumprimento das obrigações pelas delegatárias, as unidades-meio oferecem o suporte administrativo, jurídico, financeiro e estratégico necessário para a plena execução das atividades regulatórias. Essa estrutura articulada garante coerência, transparência e efetividade à atuação institucional da Agência.

No presente relatório são considerados nove contratos de concessão sob regulação da Artemig, abrangendo: seis lotes rodoviários (MG-050, BR-135, Lote 1 – Triângulo Mineiro, Lote 2 – Sul de Minas, Lote 3 – Varginha–Furnas e Lote 7 – Ouro Preto-Mariana), dois aeroportos (Aeroporto Regional da Zona da Mata e Aeroporto da Pampulha) e uma travessia hidroviária (Balsa Manga–Matias Cardoso). Ainda para o exercício de 2026, há a previsão do leilão de outras concessões em modelagem pela Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra.

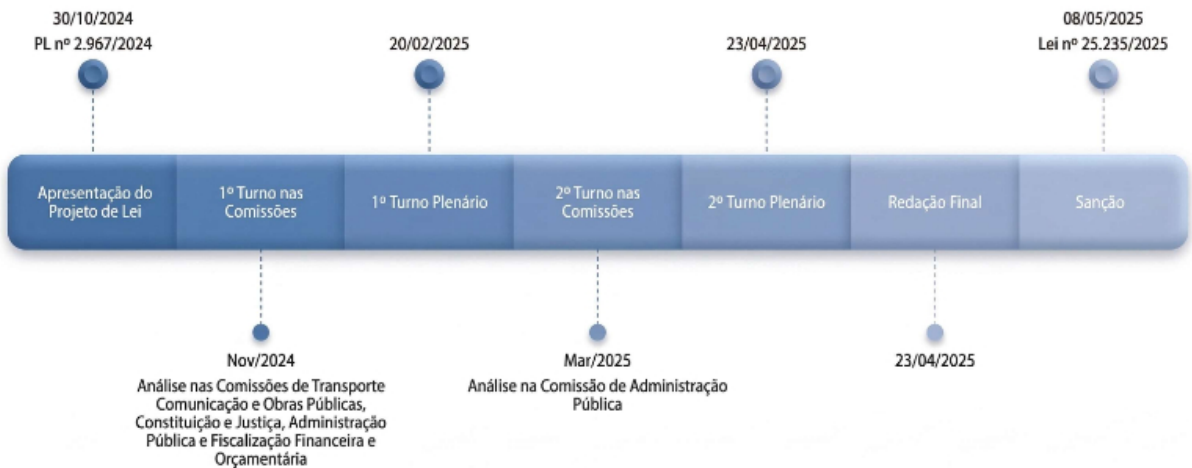
Cumprir destacar que a Artemig não conta com a execução de serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10 de agosto de 2018, que dispõe sobre o Programa de descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências, e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07 de dezembro de 2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão, e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Diante desse conjunto de competências, estrutura organizacional especializada e escopo crescente de atuação, a Artemig consolida-se como órgão central da regulação da infraestrutura de transportes em Minas Gerais, contribuindo para a prestação de serviços públicos mais eficientes, seguros e transparentes.

CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA ARTEMIG

O Projeto de Lei nº 2.967/2024, de iniciativa do Governador, foi protocolado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG com a finalidade de criar a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig) e instituir o Sistema de Infraestrutura de Transportes e Logística de Minas Gerais (SIT-MG). Após sua distribuição às comissões de Constituição e Justiça, Administração Pública, Transporte e Obras Públicas e Fiscalização Financeira e Orçamentária, o texto recebeu pareceres favoráveis e seguiu para votação em Plenário, onde foi aprovado em primeiro turno na forma de substitutivo. Na fase de segundo turno, o Plenário analisou e aprovou novas emendas — voltadas principalmente ao aprimoramento de transparência, governança e articulação institucional — consolidando o Substitutivo nº 2.

Concluída a votação em 23 de abril de 2025, o projeto foi enviado à Comissão de Redação, que finalizou o texto para sanção. Em 8 de maio de 2025, o PL foi sancionado e transformado na Lei nº 25.235/2025, oficializando a criação da Artemig e estruturando o novo modelo regulatório de transportes em Minas Gerais.



Assim, a estruturação da Artemig teve início ainda durante a tramitação legislativa, antes mesmo da publicação da lei, uma vez que o

Executivo manteve diálogo contínuo com a ALMG para o aprimoramento do Projeto de Lei. Nesse período, as atividades regulatórias e de fiscalização permaneceram sob responsabilidade da então Subsecretaria de Regulação de Transportes da Seinfra, cuja atuação serviu como embrião institucional da futura Artemig, permitindo que a nova autarquia nascesse já apoiada em práticas, processos e aprendizados previamente consolidados.

A partir da publicação da lei que instituiu a Agência, tornou-se necessário, em curto prazo, desenvolver um conjunto integrado de ações estratégicas, administrativas, jurídicas, operacionais e institucionais, capazes de converter uma entidade recém-criada em um ente regulador operacional e alinhado às melhores práticas de governança. Esse processo exigiu planejamento rigoroso, execução coordenada e uma visão institucional orientada à antecipação de cenários, à mitigação de riscos e à garantia de continuidade da regulação dos serviços públicos sob responsabilidade da Agência.

Em síntese, e sem caráter exaustivo, foram executados os marcos estruturantes apresentados a seguir para constituição jurídica e orçamentária da Artemig:

- Criação do CNPJ, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal;
- Criação de Unidade Orçamentária (UO), definição do programa, ação orçamentária e fontes de recursos;
- Habilitação nos Sistemas Estaduais (ex.: SEI-MG, SIAFI-MG, SIAD, CAGEC, SIGCON/SICONV, SIGED, e-SIC, AVMG e SIAPLE);
- Início dos trâmites de descentralização e habilitação institucional junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag e à Secretaria de Estado de Fazenda – Sef;
- Transferência de atribuições e contratos da Seinfra;
- Modelagem das contratações estratégicas: mapeamento de contratos estruturantes, elaboração de Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência.

A formação da Diretoria Colegiada também constituiu etapa fundamental para a consolidação da governança da Agência. Após a publicação da lei, os nomes indicados pelo Governador foram formalmente encaminhados à ALMG, onde passaram por processo de sabatina no dia 01 de julho de 2025, conforme o rito previsto para autarquias de natureza regulatória. As arguições permitiram avaliar a experiência técnica e a capacidade de atuação dos futuros diretores, reforçando a legitimidade institucional da entidade. Com a aprovação pelo Plenário, a Diretoria Colegiada foi oficialmente empossada, garantindo à Agência a liderança necessária para conduzir sua estruturação e exercer, com autonomia, suas funções regulatórias.

Em paralelo, ainda ao longo do mês de julho de 2025, foram realizadas as cessões e nomeações de pessoal nos cargos próprios da Artemig, conforme Decreto Estadual nº 49.052, de 06 de junho de 2025 (arts. 65 e 66), além da publicação das portarias e resoluções necessárias ao processamento das obrigações da Agência.

Outro marco relevante na consolidação da ARTEMIG foi a publicação de seu Regimento Interno, constante do Anexo da Resolução Artemig nº 01, de 8 de setembro de 2025. Divulgado com 100 dias de antecedência em relação ao prazo previsto na lei de criação, o regimento estabeleceu a estrutura organizacional da Agência, delimitou competências e definiu os fluxos decisórios necessários ao seu pleno funcionamento. Além disso, regulamentou os instrumentos de consulta e participação social, assegurando transparência, previsibilidade e coerência aos processos regulatórios desde a fase inicial de operação da nova autarquia.

Na frente de comunicação, foram criadas as redes sociais oficiais da Artemig no LinkedIn, Instagram e YouTube para ampliar o diálogo com o público, divulgar ações, notícias e consultas públicas da Agência. Além disso, o site institucional (www.artemig.mg.gov.br) foi lançado em setembro e se tornou um importante instrumento de transparência e informação, oferecendo aos regulados e usuários serviços e conteúdo como perguntas frequentes, canais de atendimento, agenda regulatória, organograma, competências legais e notícias atualizadas sobre iniciativas e consultas públicas da Agência, além de links para legislações, reuniões da diretoria e dados de transparência pública.

A atuação regulatória ganhou maior previsibilidade e organização com o planejamento antecipado dos temas prioritários para o biênio 2026–2027, consolidado na publicação da primeira Agenda Regulatória da Artemig, em outubro de 2025. Ademais, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 25.235/2025, a Agência publicou normas relativas às suas competências regulatórias, em substituição às anteriormente editadas pela Seinfra e pelo DER.

No eixo de planejamento institucional, destacam-se os avanços na elaboração do primeiro Plano Estratégico da Agência, desenvolvido de forma colaborativa com a participação das diversas unidades técnicas e administrativas, considerando ainda o desenvolvimento dos planos setoriais de comunicação e integridade, que também foram iniciados no momento de criação da autarquia.

Ainda, a Artemig apresentou proposta no âmbito do Programa ANTT Coopera, instituído pela [Resolução ANTT nº 6.008/2023](#), que visa compartilhar conhecimento, tecnologias e metodologias da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), promovendo modernização regulatória e troca de experiências com outros entes federativos. A proposta foi aceita e formalizada em 21/08/2025 e o Plano de Trabalho aprimorado em conjunto com a ANTT, tendo sido realizadas uma série de capacitações e oficinas, ao longo do segundo semestre de 2025. Tal iniciativa foi reconhecida nacionalmente, alcançando o segundo lugar no Prêmio CAIXA PPP 2025, na categoria “Melhor Iniciativa em Capacitação em Parcerias Público-Privadas”. O projeto “ARTEMIG e ANTT – Programa ANTT Coopera/Minas Gerais” foi destacado entre as melhores iniciativas do país por transformar capacitação técnica em melhoria real da regulação, da fiscalização e da gestão de concessões e PPPs.

Também foram envidados esforços em prol do planejamento orçamentário para o exercício de 2026, com a elaboração do primeiro Orçamento Base Zero da Agência, além da participação no âmbito das discussões do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), realizadas pela ALMG.

Em resumo, neste primeiro ciclo formou-se uma estrutura institucional funcional, com governança e diretrizes estratégicas claras, com capacidade efetiva de produzir impactos positivos e mensuráveis.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Elaborado em 2025, o Planejamento Estratégico da ARTEMIG constitui um instrumento fundamental para orientar as ações e decisões da Agência. Alinhado à missão de “regular e fiscalizar os contratos de concessão sob sua gestão, de forma eficiente e sustentável, promovendo qualidade, segurança e inovação”, bem como à visão de “consolidar-se como referência nacional em regulação de transportes, assegurando uma atuação transparente, independente, orientada pelo rigor técnico e pelo interesse público”, e considerando os valores institucionais definidos, a estratégia da ARTEMIG estrutura-se no cumprimento de objetivos distribuídos entre as diferentes perspectivas estratégicas.



Esse instrumento traduz as escolhas estratégicas da Artemig em termos de prioridades, escopo regulatório, padrões de desempenho e resultados esperados para os próximos anos, conferindo clareza quanto aos objetivos a serem alcançados, às formas de atuação e à contribuição das ações da Agência para a melhoria dos serviços regulados.

A elaboração do Planejamento Estratégico foi conduzida de forma colaborativa, com a participação das diferentes unidades técnicas e administrativas, assegurando que o processo refletisse a experiência acumulada e o conhecimento técnico das equipes. As discussões realizadas possibilitaram a construção de uma estratégia alinhada às demandas dos usuários dos serviços regulados, das concessionárias e do próprio Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança institucional, a melhoria dos processos internos e o aprimoramento da atuação regulatória.

PLANO ANUAL DE GESTÃO

O Plano Anual de Gestão (PAG) constitui instrumento central de planejamento, monitoramento e avaliação da atuação institucional, orientando a execução das ações da Artemig ao longo do exercício. Em consonância com as diretrizes estratégicas e com as políticas públicas aplicáveis ao setor, o Plano reúne objetivos e iniciativas que visam fortalecer a governança, aprimorar a qualidade dos serviços prestados e ampliar a transparência perante a sociedade.

A elaboração do PAG configura uma competência legal da Artemig, prevista no art. 20, inciso XXI, da Lei nº 25.235, de 08 de maio de 2025. A aprovação do Plano é uma atribuição da Diretoria Colegiada da Artemig, prevista no art. 25, artigo VII do mesmo instrumento legal.

Assim, nos termos do § 1º, art. 38, da Lei nº 25.235/2025, o Plano Anual de Gestão tem por objetivos:

- I. aperfeiçoar o acompanhamento das ações da Agência, inclusive de sua gestão, ampliando os mecanismos de transparência e controle social;
- II. aprimorar as relações de cooperação com as autoridades estaduais, assegurando alinhamento e efetividade no cumprimento das políticas públicas setoriais;
- III. promover o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços, orientando-se por resultados e pela satisfação do interesse público;
- IV. permitir o acompanhamento sistemático da atuação administrativa e a avaliação contínua da gestão.

Ainda conforme definido art. 38 da Lei nº 25.235/2025, o PAG contempla: a análise da atuação da Artemig no ano anterior; as ações pretendidas para o cumprimento das políticas públicas aplicáveis ao SIT-MG (Sistema de Infraestrutura de Transportes do Estado de Minas Gerais), conforme definidas pelos Poderes Legislativo e Executivo, especialmente pelo Poder Concedente; e os objetivos, metas e resultados estratégicos esperados para a atuação da Artemig no ano seguinte.

Considerando a criação da Artemig pela Lei Estadual nº 25.235, de 8 de maio de 2025, entendeu-se como necessária a elaboração do

Plano Anual de Gestão a partir de 2026, ano em que a Agência completa seu primeiro ano de existência. Com vistas a aprimorar o acompanhamento e o monitoramento do planejamento institucional, optou-se pela adoção do período temporal correspondente ao calendário fiscal. Dessa forma, o plano contempla ainda a análise da atuação da Artemig ao longo de 2025, abrangendo tanto as ações voltadas à estruturação institucional da Agência quanto aquelas relacionadas às suas atribuições regulatórias e fiscalizatórias, bem como à atuação de seus entes regulados.

Para a elaboração do Plano Anual de Gestão, foi considerado o Plano Estratégico da Artemig 2026–2030, que estabelece o conjunto de diretrizes fundamentais destinadas a orientar a atuação institucional da Agência.

Assim, a partir da definição da missão, visão, valores e objetivos estratégicos estabelecidos no planejamento estratégico, o Plano Anual de Gestão 2026 consolidou as iniciativas estratégicas a serem implementadas no exercício, bem como estabeleceu metas e parâmetros de acompanhamento para os indicadores previamente definidos naquele instrumento. O PAG contempla, nesse sentido, um conjunto estruturado de iniciativas voltadas ao fortalecimento institucional, ao aprimoramento da regulação e da fiscalização e à melhoria da prestação dos serviços regulados.

Em conformidade com as diretrizes legais, além do Plano Estratégico, o PAG considera a Agenda Regulatória e os demais instrumentos de planejamento setorial em elaboração pela Agência, tais como o Plano de Comunicação e o Plano de Integridade, assegurando coerência, integração e alinhamento entre as diversas iniciativas institucionais.

O Plano Anual de Gestão também aborda o planejamento orçamentário da Agência, elaborado conforme metodologia de orçamento base zero. O planejamento orçamentário da Artemig está inserido no âmbito do Sistema de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais, estruturando-se a partir de instrumentos fundamentais que orientam a formulação, a execução e o controle das ações governamentais.

Por fim, o plano estabelece diretrizes acerca do processo de monitoramento e avaliação, essencial para assegurar o cumprimento das metas e entregas previstas para o exercício, permitindo o acompanhamento sistemático das ações, a identificação de alterações, o ajuste tempestivo de prioridades e o uso eficiente dos recursos institucionais. Como principal instrumento de planejamento de curto prazo da ARTEMIG, o plano será monitorado de forma periódica, com base em indicadores e resultados, em alinhamento com o Plano Estratégico e demais instrumentos institucionais, subsidiando a avaliação do desempenho da Agência e o aperfeiçoamento contínuo da gestão.

AGENDA REGULATÓRIA

Para a consecução dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico, para além das iniciativas estratégicas estabelecidas no PAG, é igualmente relevante considerar os projetos regulatórios da Agência, detalhados no âmbito da Agenda Regulatória. Esse instrumento reúne o conjunto de temas regulatórios prioritários que demandarão a atuação da Agência, nos termos do art. 39 da Lei Estadual nº 25.235, de 8 de maio de 2025.

Para o biênio 2026–2027, foram estabelecidos seis temas prioritários, conforme apresentado no quadro a seguir, nos termos da Deliberação Artemig nº 05, de 10 de outubro de 2025.

| TEMA | DESCRIÇÃO |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Reequilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos de Concessão de Transportes | Projeto voltado à revisão e aprimoramento dos instrumentos normativos que disciplinam os processos de reequilíbrio econômico-financeiro em contratos de concessão de transportes. Serão debatidos, dentre outros: critérios, prazos, procedimentos e hipóteses aplicáveis, incluindo situações que ensejariam avaliação e providências cautelares, novos investimentos e alterações de investimentos previamente contratados. O objetivo é aumentar a previsibilidade regulatória, reduzir assimetrias de informação e garantir maior eficiência e transparência na tomada de decisão. |
| Orçamentação de Obras em Concessões de Transportes | Iniciativa destinada a definir diretrizes, metodologias e parâmetros de referência para a orçamentação de novos investimentos e de eventos de desequilíbrio em concessões de transportes. O projeto abrangerá critérios de formação de preços e alinhamento às melhores práticas, abordando temas como custos diretos, custos indiretos, insumos (mão de obra, equipamentos e materiais), Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), composição de custos e de preços unitários, dentre outros. Busca-se mitigar riscos de sobrepreço ou subdimensionamento, além de padronizar procedimentos que assegurem maior robustez técnica às análises de viabilidade e reequilíbrio contratual, bem como assegurar segurança jurídica e isonomia entre as concessionárias e a maior eficiência na análise das propostas de novos investimentos. |
| Gestão da Faixa de Domínio em Concessões de Transporte | Tema voltado à regulamentação das regras de uso e gestão da faixa de domínio. Serão tratadas questões como desocupação, desapropriação, exploração comercial, emissão de Declaração de Utilidade Pública (DUP) e aproveitamento econômico da área. O objetivo é estabelecer parâmetros claros que conciliem segurança viária, ordenamento territorial, viabilidade de negócios acessórios e eficiência administrativa. |

| | |
|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Padronização de Projetos de Engenharia e Fluxos de Aprovação | Projeto destinado a revisar e uniformizar as exigências de conteúdo técnico e das disciplinas que compõe os respectivos projetos, formato e trâmite de aprovação de projetos de engenharia vinculados a concessões. A proposta pressupõe a revisão da Resolução Conjunta Der/Seinfra Nº 003, de 24 de fevereiro de 2021, que estabelece as diretrizes a serem atendidas pelas Concessionárias relativas à tramitação de projetos de engenharia, referentes às obras dos contratos de concessão. Busca-se reduzir assimetrias contratuais, aumentar a eficiência do processo de aprovação e dar maior segurança técnica e jurídica para concessionárias e ente regulador quando da análise e aprovação de projetos de engenharia. |
| Modernização Contratual: Mutabilidade e Revisões de Contratos | Iniciativa para revisar os instrumentos normativos aplicáveis à mutabilidade dos contratos de concessão de transporte, abrangendo revisões contratuais, flexibilizações, ajustes técnicos e mecanismos de atualização e incorporação de melhores práticas regulatórias. O objetivo é compatibilizar segurança jurídica com a necessidade de adaptação às mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, promovendo contratos mais modernos, resilientes e capazes de atender ao interesse público. |
| Sandbox Regulatório, Free Flow e HS-WIN | Projeto destinado a disciplinar a utilização de ambientes regulatórios experimentais (sandbox) no setor de transportes. A iniciativa permitirá que concessionárias, operadoras e desenvolvedores possam implementar inovações em caráter experimental, sob supervisão da agência reguladora e com regras delimitadas no tempo e no escopo. O objetivo é incentivar soluções inovadoras, reduzir barreiras de entrada para novas tecnologias e modelos de negócio, e avaliar riscos de forma controlada antes da aplicação em larga escala. Ademais, poderá ser abordado em normativo apartado, mas relacionado ao tema principal do projeto, ou em seções específicas de um único normativo, a regulação relacionada à implantação do sistema de cobrança eletrônica automática de pedágio (free flow) e da tecnologia de pesagem em movimento de alta velocidade (HS-WIN). Tal segmentação abrangerá a definição de diretrizes para interoperabilidade, regras tarifárias, fiscalização, segurança jurídica e integração tecnológica. Busca-se promover maior fluidez no tráfego, redução de custos operacionais, fortalecimento do combate à evasão de pedágio e aumento da eficiência na gestão das concessões rodoviárias. |

A construção da primeira **Agenda Regulatória da Artemig (Biênio 2026–2027)** foi conduzida por meio de um processo técnico e participativo, orientado pela coleta de subsídios e pelo diálogo com diferentes atores, com apoio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge). A metodologia adotada compreendeu um diagnóstico inicial e a realização de uma **Tomada de Subsídios**, entre julho e agosto de 2025, que resultou no recebimento de **42 contribuições** provenientes de diversos segmentos.

No mesmo período, foram realizadas reuniões bilaterais com operadores de infraestrutura e mobilidade, bem como escutas internas com equipes técnicas da Artemig e da Seinfra, possibilitando a consolidação de demandas, evidências e proposições de atores públicos e privados. As informações obtidas subsidiaram a definição e a priorização dos temas regulatórios, posteriormente validadas pela Diretoria Colegiada em outubro de 2025, resultando em uma agenda pautada pela transparência, pela participação social e pelo alinhamento estratégico.

Para o desenvolvimento de cada tema integrante da Agenda Regulatória, estão previstas as seguintes etapas e entregas:

1. Realização do diagnóstico do problema regulatório;
2. Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR) ou apresentação de justificativa para sua dispensa, quando aplicável;
3. Elaboração da proposta regulatória, quando aplicável;
4. Elaboração de documento técnico de fundamentação da proposta regulatória, incluindo, quando pertinente, quadro comparativo do normativo vigente;
5. Elaboração de materiais de apoio e realização de Tomada de Subsídios, Consulta Interna e Consulta Pública, quando aplicável;
6. Análise do processo de participação social, com a consolidação dos resultados dos eventos participativos e, no caso de Consultas Públicas, relatório para publicação com a análise individualizada das contribuições recebidas;
7. Elaboração de eventuais ajustes na proposta regulatória;
8. Elaboração de relatório final e encaminhamento da proposição à análise da Procuradoria e da Diretoria Colegiada da Artemig;
9. Análise e tratamento das recomendações ou apontamentos apresentados pela Procuradoria e pela Diretoria Colegiada da Artemig;
10. Publicação do normativo;
11. Elaboração de proposta metodológica para Avaliação de Resultado Regulatório (ARR)
12. Elaboração de relatórios trimestrais de acompanhamento da Agenda Regulatória.

O Plano de Trabalho da Agenda Regulatória será elaborado com a definição das etapas, entregas e cronograma de execução, contando com o apoio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) na condução dos trabalhos. O acompanhamento da implementação da Agenda Regulatória será realizado com a elaboração e publicação de relatórios de monitoramento no site da Artemig.

BALANÇO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Em 2025, para além dos esforços direcionados à estruturação e consolidação institucional da Artemig, a Agência cumpriu de forma contínua e responsável suas atividades finalísticas, exercendo as atribuições fiscalizatórias e regulatórias que lhe foram conferidas. Nesse período, manteve a atuação voltada à regulação, fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços públicos de transportes sob sua competência, assegurando a observância dos contratos, a qualidade e a segurança dos serviços, bem como a proteção do interesse público. As ações desenvolvidas incluíram o monitoramento das concessões, a análise técnica e normativa, o aperfeiçoamento dos instrumentos regulatórios e a mediação entre poder concedente, prestadores de serviços e usuários, reafirmando o compromisso da Artemig com a eficiência, a transparência e a boa governança regulatória.

Transporte Aeroviário – Aeroportos

As ações desenvolvidas no âmbito do transporte aeroviário refletem a atuação da Artemig no acompanhamento de obras, na condução de processos regulatórios e na articulação institucional voltada à melhoria da infraestrutura, da segurança e da qualidade dos serviços aeroportuários. Destacam-se, nesse contexto, as seguintes iniciativas:

- Apoio e acompanhamento da execução da obra de drenagem do Aeroporto da Pampulha (PLU), com recebimento da obra em 30/09/2025;
- Aprovação da revisão do anteprojeto das obras da Fase I-B, relativas à adequação da taxiway, previstas no contrato do Aeroporto da Pampulha;
- Consulta Pública para instrução do processo de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da inclusão do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio (SESCINC) no Aeroporto da Pampulha, realizada no período de 13/12/2025 a 12/01/2026;
- Aprovação do reajuste tarifário do Aeroporto Regional da Zona da Mata (ARZM), conforme Deliberação Artemig nº 02/2025;
- Formalização de acordo no âmbito da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC) da Advocacia Geral do Estado (AGE) referente à liberação da faixa de pista para realização das intervenções previstas em contrato, envolvendo o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), Concessionária do Aeroporto da Pampulha e Artemig;
- Realização de estudos para revisão do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID) do ARZM.

Transporte Hidroviário – Balsas

No transporte hidroviário, a atuação da Artemig esteve concentrada no acompanhamento técnico e regulatório de projetos em estruturação, com foco no fortalecimento da governança e na qualificação da prestação do serviço, bem como na gestão e fiscalização do contrato vigente. Nesse sentido, destaca-se:

- Fiscalização e regulação do contrato de concessão da Balsa Manga-Matias Cardoso;
- Acompanhamento das fases da modelagem do projeto de concessão de balsas no Lago de Furnas, com participação do Gerência de Transporte Aeroviário e Hidroviário (GTAH) da Artemig no acompanhamento do projeto.

Rodovias

As ações desenvolvidas no âmbito do transporte rodoviário demonstram a atuação da Artemig na solução de passivos regulatórios, na construção de soluções estruturantes para os contratos de concessão e no fortalecimento dos instrumentos de fiscalização e processos sancionadores. As iniciativas estiveram voltadas à segurança jurídica, ao equilíbrio contratual e à eficiência da atuação regulatória, conforme os destaques a seguir:

- Acompanhamento das modelagens dos novos projetos em estruturação pela Seinfra (Lote Ouro Preto, Lote Vetor Norte, Lote Rodoviário Noroeste e Ponte Delfinópolis-Cássia);
- Realização das Revisões Anuais dos Lotes Rodoviários do Triângulo Mineiro, Sul de Minas e Varginha-Furnas;
- Realização dos reajustes tarifários das concessões das rodovias MG-050 e BR-135;
- Avanços em prol da solução de passivos regulatórios:
 - MG-050: modernização e avanços no projeto de clearing (redução de passivos regulatórios);
 - BR-135: conclusão da 1ª Revisão Ordinária do contrato e início das discussões de Revisão Extraordinária, voltada a pleitos não contemplados na revisão ordinária;
 - Lote 01 - Triângulo Mineiro: suspensão da obrigação de pagamento do preço devido pela concessionária, relacionada à Cláusula 5.6.2.3 do Contrato, tendo em vista o interesse das partes em direcionar o referido recurso para adequações e inclusões de investimentos no Programa de Exploração Rodoviária - PER;
 - Lote 02 – Sul de Minas: prorrogação da solução experimental para continuidade da operação do Pedágio Sem Cancela e discussão da apuração dos impactos ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em decorrência da solução experimental do sistema de Pedágio Sem Cancela.
- Fiscalização das disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis à execução do objeto das concessões;
- Revisão dos fluxos processuais, junto ao DER-MG, de uso e ocupação faixa de domínio;
- Elaboração de painéis de dados internos em Power BI para monitoramento e subsídio a tomada de decisão;
- Resposta a mais de 70 demandas de ouvidoria, fale conosco e LAI (Lei de Acesso à Informação)

- Realização dos atestes técnicos e respectivos pagamentos de contraprestações devidas;
- Controle das verbas de fiscalização, segurança de trânsito e desenvolvimento tecnológico, além dos recursos vinculados (contas da concessão);
- Avanços nos processos de incorporação de investimentos aos contratos (Retorno de São Sebastião do Paraíso - MG-050, acesso ao Distrito Industrial de Passos - MG-050, Antecipação e inclusão de novos km de duplicação da BR-365 – Lote 1 Triângulo Mineiro; Retornos operacionais na BR-135; Antecipação de investimentos – Lote 3 Varginha-Furnas)
- Fortalecimento do fluxo de processos sancionadores.

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme apresentado no capítulo que trata da estrutura da Artemig, a Agência foi criada em 8 de maio de 2025, pela Lei nº 25.235. Considerando a necessidade de estruturação da autarquia, assim como seu contexto de criação (sucendendo a extinta Subsecretaria de Regulação de Transportes, da Seinfra), a execução do orçamento do exercício de 2025 ocorreu no âmbito do orçamento da Seinfra, com exceção:

- do período de novembro a dezembro daquele exercício, no caso da ação 4208 - Regulação e Concessão de Parcerias Público-Privadas (PPPs); e
- do período de julho a dezembro, no caso da ação 2417 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais.

Assim, no que se refere à execução das ações orçamentárias vinculadas à Artemig, cumpre reforçar que a análise dos resultados no exercício de 2025 deve considerar as especificidades do processo de criação e estruturação da entidade, instituída em maio de 2025. Registra-se também que, em virtude da criação da Agência no exercício de 2025, não foram executadas despesas de exercícios anteriores.

A ação orçamentária 4208 – Regulação e Concessão de Parcerias Público-Privadas (PPPs), teve seu crédito orçamentário transposto em setembro e sua execução transferida para a Artemig apenas no último bimestre do exercício (novembro/dezembro de 2025), no contexto da reorganização institucional. Conforme os dados do SIGPlan, verifica-se que houve execução física relevante no período, atingindo aproximadamente 92,86% da meta registrada, bem como execução orçamentária associada à ação.

Entretanto, ressalta-se que o planejamento originalmente estabelecido para a ação foi elaborado em momento anterior à criação da Artemig, quando sua execução ainda se encontrava sob responsabilidade da Seinfra. Dessa forma, não há parâmetro de programação construído pela própria Agência que permita aferir, com precisão, o grau de aderência entre o planejado e o executado no âmbito institucional da Artemig.

Já a ação 2417 – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais passou a ser executada pela Artemig a partir de julho de 2025, refletindo o início da estruturação do quadro de pessoal da Agência. Observa-se execução orçamentária progressiva ao longo do segundo semestre, compatível com o processo de provimento de cargos, que evoluiu de 24 servidores em julho para 34 servidores em dezembro. Ressalta-se que, para essa ação, não há metas físicas diretamente mensuráveis, o que limita a análise de desempenho sob essa perspectiva.

Diante desse cenário, verifica-se que a análise comparativa entre o planejado e o executado resta prejudicada. Isso se deve ao fato de que a Artemig não participou integralmente do ciclo de planejamento orçamentário do exercício de 2025, além de ter assumido a execução de ações de forma parcial e em momentos distintos ao longo do ano.

Assim, não é possível avaliar de forma precisa o grau de cumprimento das metas físicas e orçamentárias frente ao planejado sob a ótica da Artemig, uma vez que os referenciais de programação não foram integralmente definidos pela Agência. Os resultados observados refletem, sobretudo, o processo de transição institucional, com a transferência gradual de competências, execução orçamentária e estruturação administrativa anteriormente vinculadas à Seinfra.

Ressalta-se que as informações apresentadas nesta análise têm como base os dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan, sistema oficial do Governo do Estado de Minas Gerais para acompanhamento físico e orçamentário das ações governamentais.

Nesse sentido, abaixo encontram-se os prints do referido sistema, os quais evidenciam os dados de execução física e orçamentária das ações analisadas, servindo como suporte documental às informações apresentadas, também anexados em formato .zip para melhor visualização, conforme Anexo - Prints Sigplan (136130412).

- ☐ 02151 Fundação Helena Antipoff
- ☐ 02161 Fundação Educacional Caio Martins
- ☐ 02171 Fundação de Arte de Ouro Preto
- ☐ 02181 Fundação Clóvis Salgado
- ☐ 02201 Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- ☐ 02211 Fundação Tv Minas Cultural e Educativa
- ☐ 02241 Instituto Mineiro de Gestão das Águas
- ☐ 02251 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02261 Fundação Ezequiel Dias
- ☐ 02271 Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02281 Fundação de Educação Para o Trabalho de Minas Gerais
- ☐ 02301 Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02311 Universidade Estadual de Montes Claros
- ☐ 02321 Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais
- ☐ 02331 Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02331 Universidade do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02361 Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02371 Instituto Mineiro de Agropecuária
- ☐ 02421 Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
- ☐ 02431 Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
- ☐ 02441 Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02461 Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço
- ☐ 02471 Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais
- ☐ 2417 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais
 - ☐ Dados Gerais da Ação
 - ☐ Dados Físicos e Orçamentários
 - ☐ Informações de Situação
 - ☐ Execução

Dados Físicos e Orçamentários

Programa: 0705 - Apoio Às Políticas Públicas
 Período: Encerrado - Momento: SPCF
 Momento da ação: SPCF DA AÇÃO
 Ação: 2417 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais
 TAG: 0 - Demais Projetos e Atividades
 UO Ação: 02471 - Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais
 Produto: Pessoa Remunerada Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável☒ Meta Física Não Cumulativa

| Monitoramento Mensal | | | | Download da Planilha de Municípios | | | | Regionalização | | | | | | |
|----------------------|--------------|---------------|------------|------------------------------------|--------------------------|------------------|-------------|-----------------|------------------------|----------------|----------------|----------|--|--|
| Físico | | | | Orçamento | | | | | | | | | | |
| | Prog. Física | Repro. Física | Realizado | Prog. Outras Desps. | Prog. Pessoal e Auxílios | Total Prog. Orç. | Repro. Orç. | Desp. Realizada | Informar Localizadores | | | | | |
| Janeiro | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | | |
| Fevereiro | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | | |
| Março | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | | |
| Abril | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | | |
| Maio | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | | |
| Junho | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | | |
| Julho | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | | |
| Agosto | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | | |
| Setembro | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 504.142,75 | 504.142,75 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | |
| Outubro | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 533.670,62 | 533.670,62 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | |
| Novembro | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 586.015,02 | 586.015,02 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | |
| Dezembro | 0 | 34 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 586.791,70 | 586.791,70 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | |
| Totais | 0 | 34 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 726.473,24 | 726.473,24 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | |
| | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.297.868,22 | 1.432.903,93 | Outras Desps. | Pessoal e Aux. | Importar | | |
| | LOA | LOA + Créd. | % Execução | LOA | LOA + Créd. | % Execução | | | | | | | | |
| 30/01/2025 | 0 | 18 | 0,00 | 0,00 | 5.223.960,93 | 0,00 | | | | | | | | |

- ☐ 02151 Fundação Helena Antipoff
- ☐ 02161 Fundação Educacional Caio Martins
- ☐ 02171 Fundação de Arte de Ouro Preto
- ☐ 02181 Fundação Clóvis Salgado
- ☐ 02201 Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- ☐ 02211 Fundação Tv Minas Cultural e Educativa
- ☐ 02241 Instituto Mineiro de Gestão das Águas
- ☐ 02251 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02261 Fundação Ezequiel Dias
- ☐ 02271 Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02281 Fundação de Educação Para o Trabalho de Minas Gerais
- ☐ 02301 Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02311 Universidade Estadual de Montes Claros
- ☐ 02321 Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais
- ☐ 02331 Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02331 Universidade do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02361 Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02371 Instituto Mineiro de Agropecuária
- ☐ 02421 Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
- ☐ 02431 Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
- ☐ 02441 Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
- ☐ 02461 Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço
- ☐ 02471 Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais
- ☐ 2417 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais
 - ☐ Dados Gerais da Ação
 - ☐ Dados Físicos e Orçamentários
 - ☐ Informações de Situação
 - ☐ Execução
- ☐ 03041 Empresa de Assistência Técnica e

Informações de Situação da Ação

Programa: 0705 - Apoio Às Políticas Públicas
 Período: Encerrado - Momento: SPCF
 Momento da ação: SPCF DA AÇÃO
 Ação: 2417 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais
 UO Ação: 02471 - Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais
 Produto: Pessoa Remunerada Unid. de Medida: Unidade
 Link: Link para Programação/Execução regionalizada da Ação (última validação)

Situação Atual

Recomendações do Monitor

| DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO | | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------|-------|---------------------------------------|-----------|-------|------------------------------------|-----------|-------|
| FÍSICO | | | ORÇAMENTÁRIO | | | FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO | | |
| DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A) | STATUS | FAROL | DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B) | STATUS | FAROL | ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B) | STATUS | FAROL |
| - | A AVALIAR | ☹ | - | A AVALIAR | ☹ | - | A AVALIAR | ☹ |

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

Justificativa de desempenho Jan-Fev - Informar as causas que determinaram, até o bimestre monitorado, o desempenho (físico, orçamentário ou físico x orçamentário) crítico ou subestimado. A inserção da justificativa é uma condição obrigatória da validação. O texto deve ter no mínimo 60 e no máximo de 600 caracteres. Caso a ação apresente desempenho satisfatório, a inserção da justificativa é opcional.

A Artemis foi criada em maio de 2025 pela Lei 25.235, tendo sido sua estrutura de pessoal construída desde aquele mês. Parte do seu quadro veio da Selnira, órgão que possuía as atribuições desta Agência até aquele momento, e o restante sendo captado de outros órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais, outras esferas do Poder Público e do setor privado. Cabe ressaltar que a folha passou a ser executada na Unidade Orçamentária da Artemis em Julho de 2025, sendo os meses anteriores executados pela Selnira.

Outras informações de situação - 1º bimestre: sobre o bimestre monitorado: a) reletar os principais resultados e entregas; b) motivar as alterações orçamentárias (suplementações e anulações); c) justificar o lançamento de dados estimativos (inclusive sobre a regionalização); d) motivar a não regionalização de execução física ou financeira.



Por se tratarem de atividades com elevado grau de especialização, a captação e nomeação dos servidores se deu ao longo do exercício de 2025, apresentando o quantitativo de servidores na Artemis conforme apresentado abaixo:

Jul: 24
 Ago: 27
 Set: 30
 Out: 34
 Nov: 34
 Dez: 34

Informações de Situação:

| 1º BIMESTRE | 2º BIMESTRE | 3º BIMESTRE | 4º BIMESTRE | 5º BIMESTRE | 6º BIMESTRE |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | | | | | |

Última Atualização: 28/01/2026

SIGPlan
Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento

João Paulo Amaral Jacoby

Pesquisar Outros Programas

PROGRAMAS Anos 2025

- 0085 Promoção de Concessões e Parcerias
 - Dados Gerais
 - Informações de Situação
 - Fontes de Financiamento
 - Relatórios
 - Indicadores
 - Ações
 - 01301 Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias
 - 02471 Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais
 - 4208 Regulação de Concessões e Ppps
 - Dados Gerais da Ação
 - Dados Físicos e Orçamentários
 - Informações de Situação
 - Execução Orçamentária
 - 04631 Fundo de Pagamento de Parcerias Público - Privadas de Minas Gerais
 - 04641 Fundo de Garantias de Parcerias Público - Privadas de Minas Gerais

Informações de Situação da Ação

| | |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------|
| Programa: | 0085 - Promoção de Concessões e Parcerias |
| Período: | Encerrado - Momento: SPGF |
| Ação: | 4208 - Regulação de Concessões e Ppps |
| UO Ação: | 02471 - Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais |
| Produto: | Contrato de Concessão Gerenciado Unid. de Medida: Contrato |
| Link: | Link para Programação/Execução regionalizada da Ação (última validação) |

Situação Atual Recomendaciones do Monitor

| DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO | | | | | | | |
|---------------------------------|--------------|-------|---------------------------------------|-----------|-------|------------------------------------|-----------|
| FÍSICO | | | ORÇAMENTÁRIO | | | FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO | |
| DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A) | STATUS | FAROL | DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B) | STATUS | FAROL | ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B) | |
| 92,86 | SATISFATORIO | | - | A AVALIAR | | - | A AVALIAR |

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílios. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

Justificativa da desempenho Jan-Fev - Informar as causas que determinaram, até o bimestre monitorado, o desempenho (físico, orçamentário ou físico x orçamentário) crítico ou subestimado. A inserção da justificativa é uma condição obrigatória de validação. O texto deve ter no mínimo 60 e no máximo de 600 caracteres. Caso a ação apresente desempenho satisfatório, a inserção da justificativa é opcional.

Caracteres restantes: 600

Outras informações de situação - 1º bimestre: sobre o bimestre monitorado: a) relatar os principais resultados e entregas; b) motivar as alterações orçamentárias (suplementações e anulamentos); c) justificar o lançamento de dados estimativos (inclusive sobre a regionalização); d) motivar a não regionalização da execução física ou financeira.

Informações de Situação:

| | | | | | |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1º BIMESTRE | 2º BIMESTRE | 3º BIMESTRE | 4º BIMESTRE | 5º BIMESTRE | 6º BIMESTRE |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|

Última Atualização: 23/02/2026

Em paralelo, estabeleceram-se importantes iniciativas em 2025 para o planejamento orçamentário de 2026. A elaboração do orçamento da Artemig foi conduzida com base na metodologia de orçamento base zero, a qual pressupõe a análise detalhada de todas as despesas a serem realizadas, independentemente de execuções anteriores. Essa abordagem contempla o levantamento minucioso dos itens orçamentários, bem como a definição de premissas relacionadas à volume, preços, periodicidade dos desembolsos e classificação de cenários, assegurando maior racionalidade, transparência e alinhamento entre os recursos previstos e as prioridades institucionais da Agência.

O planejamento orçamentário da Artemig está inserido no âmbito do Sistema de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais, estruturando-se a partir de instrumentos fundamentais que orientam a formulação, a execução e o controle das ações governamentais. Destacam-se, nesse contexto:

- o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), que define, para um período de quatro anos, os programas, ações, objetivos e

metas da administração pública estadual;

- a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece a conexão entre o PPAG e a Lei Orçamentária Anual, disciplinando o processo de elaboração do orçamento e definindo as metas e prioridades da administração pública para o exercício subsequente; e
- a Lei Orçamentária Anual (LOA), que apresenta a estimativa das receitas a serem arrecadadas pelo Estado ao longo de um exercício financeiro e fixa as despesas correspondentes à execução das políticas públicas e ao funcionamento da administração estadual.

A Agência possui 3 ações orçamentárias, divididas entre dois programas:

- PROGRAMA 075 – APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
 - Ação 2417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS PESSOAIS
 - Finalidade: viabilizar a remuneração de pessoal ativo do estado e pagamento dos respectivos encargos sociais, auxílios, gratificações e demais vantagens, conferindo condições adequadas ao cumprimento das atribuições institucionais
 - Limite previsto para o exercício: R\$ 6.724.900
 - Percentual do orçamento global da Agência: 9,67%
 - Ação 2500 – ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
 - Finalidade: viabilizar a execução de serviços técnicos-administrativos de gerenciamento e suporte da área meio dos órgãos e entidades, elencando os recursos que não podem ser diretamente distribuídos nas ações finalísticas.
 - Limite previsto para o exercício: R\$ 13.528.639
 - Percentual do orçamento global da Agência: 19,45%
- PROGRAMA 123 - PROMOÇÃO DE CONCESSÕES E PARCERIAS
 - AÇÃO 4406 - REGULAÇÃO DE CONCESSÕES E PPPs
 - Finalidade: garantir a efetiva regulação, fiscalização e acompanhamento dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas no setor de transportes do estado, assegurando equilíbrio econômico-financeiro, qualidade na prestação dos serviços, segurança viária e atendimento ao interesse público, por meio de mecanismos técnicos de monitoramento, revisão contratual e fortalecimento da governança regulatória.
 - Limite previsto para o exercício: R\$ 49.296.950
 - Percentual do orçamento global da Agência: 70,88%

Além disso, a Artemig fornece apoio à Seinfra no planejamento das ações específicas relativas aos contratos de PPPs, que preveem os valores relacionados a esses contratos vinculados ao Fundo de Pagamento de Parcerias Público-Privadas de Minas Gerais — FPP-MG. A Artemig também apoia o Poder Concedente na elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e no mapeamento de riscos fiscais.

CONCLUSÃO

O exercício de 2025 representa um marco inaugural para a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais – Artemig, instituída pela Lei nº 25.235, de 08/05/2025, que estruturou suas atividades administrativas, técnicas e orçamentárias em seu primeiro ano de funcionamento.

No âmbito da presente Prestação de Contas, encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, destaca-se que a execução orçamentária do exercício observou rigorosamente os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e transparência, em conformidade com as normas de direito financeiro e com as diretrizes estabelecidas para a administração pública estadual.

Os recursos consignados à Agência foram aplicados de forma responsável e planejada, priorizando a estruturação institucional, a implementação das atividades finalísticas de regulação e fiscalização e a consolidação dos instrumentos de governança necessários ao pleno funcionamento da autarquia. A execução das despesas manteve-se alinhada às dotações autorizadas, respeitando os limites legais e assegurando adequada gestão dos créditos orçamentários.

Mesmo em fase inicial de implantação, a Artemig demonstrou capacidade de organização administrativa e controle interno, adotando procedimentos voltados ao acompanhamento sistemático da execução financeira, ao monitoramento de contratos e à conformidade dos atos de gestão, contribuindo para a regularidade das contas apresentadas.

Assim, o Relatório de Prestação de Contas evidencia que, no exercício de 2025, a Artemig atuou com responsabilidade fiscal e zelo na aplicação dos recursos públicos, estabelecendo bases sólidas para o aprimoramento contínuo da gestão orçamentária e financeira, em consonância com as exigências do controle externo e com o compromisso de boa governança perante a sociedade mineira.



Documento assinado eletronicamente por **Breno Longobucco, Diretor-Geral**, em 26/03/2026, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **135971910** e o código CRC **A0F9C80E**.